



Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

GPP- Gestão de Políticas Públicas

REBEKA PEREIRA CAVALCANTE

**INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA
AGENDA POLÍTICA: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL.**

BRASILIA- DF

2014

REBEKA PEREIRA CAVALCANTE

**INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA
AGENDA POLÍTICA: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL.**

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Política Pública como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharela em
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Dra. Christiana
Soares de Freitas

BRASILIA- DF

2014

FICHA CATALGRÁFICA

SEVERO, Rebeka Pereira Cavalcante

Influencia dos Movimentos Sociais na formulação da Agenda Política:
Jornada de Junho/ Rebeka Pereira Cavalcante - Brasília, 2014.

39 f.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de
Gestão de Políticas Públicas, 2014.

Orientadora: Prof Dra. Christiana Soares de Freitas. Departamento de
Gestão de Políticas Públicas.

1-Movimentos Sociais. 2-Formação de Agenda. 3- Participação Social.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo estudar os movimentos sociais como agentes influentes na formação da agenda política governamental brasileira, especificamente no ano de 2013 com as Jornadas de Junho. Estudos indicam que movimentos sociais modificaram o cenário político nesse período de tempo e continuam a influenciá-lo. Dessa forma, verificou-se o potencial dos movimentos em incentivar uma maior participação popular na política brasileira. Assim, buscou-se identificar, mediante pesquisa qualitativa, documental, descritiva e exploratória, a percepção dos atores envolvidos quanto à influência desses movimentos para a formação da agenda governamental e as suas percepções sobre os resultados gerados após as manifestações. Entre os principais resultados observados está a constatação de que os movimentos sociais tiveram, de fato, papel importante na abertura de janelas de oportunidade política e assim puderam influenciar a formação da agenda governamental. Entre as limitações que ainda persistem estão a baixa credibilidade nos instrumentos de participação criados pelo governo e a necessidade de adesão de todos aos instrumentos criados, pois ainda é muito pouca. Por fim, verifica-se a necessidade de aumento da educação política no país e da participação em si, o que é um dos papéis dos movimentos sociais atuantes e do governo, qual seja o de aumentar, de forma significativa, a participação popular na política brasileira, legitimar e credibilizar os instrumentos de participação criados.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Influência na Agenda Governamental. Participação.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
1.1 Contextualização	6
1.2 Formulação do problema	8
1.3 Objetivo geral	9
1.4 Objetivos específicos	9
1.5 Justificativa	9
2. Referencial teórico	10
2.1.1 Democracia participativa	10
2.1.2 Janela de oportunidade	12
2.1.3 Agenda política	13
2.1.4 Ciclo de políticas públicas	16
2.1.5 Movimento Passe Livre (MPL)	19
2.1.6 AnonymousBr	20
3. Metodologia	23
4. Resultados	25
4.1 MPL	27
4.2 Anonymous	28
4.3 Participa.br	30
4.4 Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS)	31
4.5 Política Nacional de Participação Social (PNPS)	32
5. Conclusão	34
6. Referencias	36
7. Apêndices	38

Introdução

Neste capítulo serão apresentados os principais pontos que norteiam o trabalho e que servirão de base para esse estudo. Ele será dividido em contextualização, formulação do problema, objetivos e a justificativa do estudo.

Durante toda a história do Brasil podemos perceber movimentos sociais que mudaram a história ou que pelo menos a marcaram. Revoltas como a da vacina, a constitucionalista de 1922, a revolta do Rio Grande do Sul, protestos e a luta pela liberdade e democracia modificaram o Brasil da época e transformaram o país. A nação que temos agora é reflexo das lutas e conquistas passadas; movimentos sociais sempre existiram, com maior ou menor força, buscaram melhorias e direitos. Isso não ficou no passado. Essas ações são formas legítimas de participação política; segundo Castells:

“NINGUEM ESPERAVA. Num mundo turvado de aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras poderiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensangüentadas pelo sacrifício dos que tombaram. (...) Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança, nada funciona” (Castells, 2013. Pag.11).

Há pelo menos dois anos, essas manifestações populares se intensificaram no mundo. Temos o exemplo da primavera árabe e o *Occupy Wall Street*. E o quem tem causado essas manifestações em massa? O contexto da era digital muito colabora para essas organizações, a facilidade de comunicação, assim como a de informação, transparência da máquina pública e o maior nível de educação intensifica o descontentamento da população e a busca por justiça.

Malini e Antoun (2003, p.17) falam sobre a internet como forma de participação política, sugerindo que:

“Estamos vendo surgir nas ruas uma multidão capaz de se autogovernar a partir de ações e proposições policêntricas¹, distribuídas, atravessadas por poderes e potências muitas vezes em violento conflito, mas que

constituem uma esfera pública em rede, autônoma em relação aos sistemas midiáticos e políticos tradicionais e que emergiu e se espalhou num processo de contaminação virótica e afetiva, instituindo e constituindo uma experiência inaugural do que poderíamos chamar das revoluções P2P² ou revoluções distribuídas, em que a heterogeneidade da multidão emerge em sinergia com os processos de auto-organização (autopoiesis) das redes.”

As primeiras manifestações no Brasil aconteceram por causa do transporte público e por incentivo do Movimento do Passe Livre (MPL), no dia 29 de agosto de 2012, quando a prefeitura de Natal (RN) aumentou a passagem de ônibus em vinte centavos. Assim, começaram as manifestações que se intitulavam “revolta do busão”; reuniram duas mil pessoas e foram duramente reprimidas pela polícia. Mas como a pressão popular foi grande, em setembro, os vereadores revogaram o aumento. Em maio de 2013, a prefeitura de Natal voltou a aumentar os preços, o que levou novamente os manifestantes às ruas³.

Ainda no início do ano de 2013, começaram as manifestações em Porto Alegre (RS), antes mesmo do aumento da tarifa em vinte centavos para “lotação” e vinte e cinco centavos para ônibus. E, assim como em Porto Alegre, as manifestações em Goiânia começaram antes do reajuste que subiria a tarifa em trinta centavos. Os protestos começaram dia 8 de maio de 2013 e tiveram seu ápice no dia 28 de maio e teve 24 estudantes detidos⁴.

As manifestações de junho de 2013, que ocorreram em todo o Brasil, começaram se organizando online, através de redes sociais iniciadas pelo Movimento do Passe Livre (MPL) e com foco na questão dos transportes. Sem muita repercussão midiática, pouca participação popular, mas com conflito com a polícia.

Em São Paulo, quando as tarifas foram ajustadas em vinte centavos, tiveram início as manifestações. Foram três manifestações nos dias 6, 7 e 11 de junho com muita violência policial⁵. Por causa da repercussão da violência utilizada, da grande organização por parte dos movimentos e da adesão de vários estados aos protestos, a mídia começou a noticiar. E, assim, outras cidades, discordando dessa postura, realizaram manifestações no dia 13 de junho, nas cidades de Natal, Porto Alegre, Teresina, Maceió, Rio de Janeiro e Sorocaba.

A segunda fase das manifestações foi, em sua maioria, pacífica, com muita cobertura midiática e grande participação popular. Novas reivindicações foram colocadas em pauta. No dia 17 de junho, aproximadamente 300 mil brasileiros foram às ruas em 12 cidades do Brasil. As manifestações praticamente foram diárias em varias dessas cidades. Respondendo a isso, varias dessas cidades reverteram os aumentos em transporte⁶.

Como alegou Peloso (2010), “a luta como uma fonte de água, no processo, deve virar riacho, tornar-se rio e chegar ao mar. A experiência local deve irradiar-se e alcançar a dimensão nacional e até internacional.” (Peloso, 2010, p.43) E foi assim que as Jornadas de Junho foram se espalhando de cidade em cidade até tomarem as proporções que tiveram.

A partir de 20 de junho, as manifestações tomaram outro rumo, e partiram para temas como contra as PECs 37 e 33, a "cura" gay, o ato médico⁷, os gastos com a Copa das Confederações FIFA de 2013 e com a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e a corrupção. Neste dia, mais de 1,4 milhões de pessoas se mobilizaram em 120 cidades pelo Brasil; o protesto foi comparado à manifestação do “Fora Collor” na década de 1990.

A PEC 37 dizia respeito à retirada do poder de investigação criminal dos Ministérios públicos (MPs) Estaduais e Federal. A PEC inviabilizaria investigações contra o crime organizado, desvios de verbas, corrupção, etc pelo MP e deixando essa função exclusiva da polícia.⁸ Já a PEC 33, pretendia limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal. Passando a corte do Congresso Nacional a palavra final sobre o julgamento do STF⁹.

O que começou como uma tentativa de impedir o aumento das tarifas de transporte transformou-se em reivindicações das mais variadas demandas. Contudo, o consenso era que se buscava a melhoria do país, mais saúde, melhor educação e menores tarifas, além de protestos contra os gastos excessivos gerados pela copa, assim como contra a corrupção. A verdade é que tudo que estava na mente da população, todas as indagações e indignações, foram à tona a partir de ações de diversos movimentos sociais e políticos.

Em resposta a estes acontecimentos e às reivindicações da população, a Presidente Dilma fez uma declaração a todo o Brasil, trazendo temas como transporte público; reforma política e combate à corrupção; saúde e educação, que serão tratados devidamente posteriormente.

Considerando isso, este estudo tem como problema de pesquisa compreender a importância dos movimentos sociais, especificamente as jornadas de junho de 2013, para a formação da agenda política brasileira.

O objetivo geral, com base na problemática levantada, é o de compreender as influências causadas pelas Jornadas de Junho na construção da agenda política brasileira à época.

Os objetivos específicos são:

- Analisar os movimentos sociais como meio de participação política direta, tendo em vista que podem gerar resultados concretos na obtenção de políticas públicas.
- Avaliar quais foram os resultados gerados pelas jornadas de junho de 2013.
- Analisar a percepção de gestores e de participantes dos movimentos principais a respeito dos impactos desses movimentos na formação da agenda e na elaboração de políticas públicas.

É necessária a realização de pesquisas que permitam o desenvolvimento e a discussão de conceitos para a compreensão dos movimentos que vêm sendo cada vez mais comuns e ativos na sociedade. Além disso, é importante para entendermos que há uma participação política através desses movimentos e observarmos como o governo recebe essa intervenção/colaboração/demanda social.

Para isso, este trabalho buscou utilizar ferramental teórico para melhor compreensão da influência dessas atuações políticas na gestão pública. Essa análise é de total interesse da gestão pública, uma vez que analisa o ciclo de políticas públicas, a formação de agenda e como a ação popular, nesses protestos, podem interferir na arena política de forma direta. Pesquisas como a apresentada aqui poderão incentivar o comprometimento dos cidadãos com os

movimentos sociopolíticos, podendo vir a colaborar para o alcance de seus direitos.

Referencial teórico

Aqui serão apresentadas as bases teóricas para a construção da pesquisa e que demonstra como os movimentos sociais representam uma forma de participação e influência na arena política. Será também tratada a pressão social como indutora de uma abertura de agenda.

1. Democracia participativa:

A participação da população só é efetiva quando ela faz parte do processo de tomada de decisões, só aí, segundo alguns autores, existe democracia de fato (Barber, 1984). A democracia participativa tem como fundamento que a participação direta da população na formação de política traria melhorias para a democracia, uma vez que teria uma maior receptividade e aceitação, por parte dos cidadãos, na implementação de leis que eles tivessem participado do processo de construção (Faria, 2012).

Sendo assim, a democracia participativa é a inclusão da população no processo político. Não apenas no voto, mas sim na escolha e nas aprovações de políticas públicas. A democracia que temos hoje está evoluindo gradativamente para a democracia participativa, mas ela ainda não é plena.

No preâmbulo da constituição, instituiu-se o Estado Democrático de Direito:

“Art.1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I. a soberania
- II. a cidadania
- III. a dignidade da pessoa humana
- IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- V. pluralismo político

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Grifo nosso).

Essa característica da Constituição de 88 pode ser interpretada como uma adequação às demandas observadas no Brasil, especialmente a partir da década de 1980 e que se consolidou na década de 1990. Além de votar e ser votado, ela não restringe a participação popular, trazendo recursos como plebiscito, referendo e iniciativa popular, a liberdade de expressão, associação a sindicatos, partidos, e liberdade de reunião em espaço público.

Prezworski e Goodin percebem, no entanto, que “por outro lado, quando os cidadãos têm preferências claras e estáveis, mecanismos eleitorais podem proporcionar apenas sinais fracos para os políticos e partidos sobre o conteúdo dessas preferências” (Prezworski et al., 1999; Goodin, 2000, p. 34), o que demonstra a pouca representatividade dos mecanismos eleitorais/participativos como se tem hoje.

Bobbio afirma que “para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (BOBBIO, 1987, p. 09). E é exatamente isso que se observa no contexto mundial. Além desses métodos de participação já citados, as pessoas se mobilizam por objetivos específicos e grupos- não representados por partidos ou bancadas - tentando expressar suas demandas.

Além do conceito de democracia participativa, é necessário entender o processo de formação de política pública e formação de agenda política. Para que haja a alteração no ciclo de políticas públicas e na agenda política é necessário que exista uma janela de oportunidade.

Janela de oportunidade é o encontro de fatores favoráveis à criação de políticas públicas, quando esses fatores convergem promovem condições de alteração na agenda governamental e de entrada de temas na mesma. Por isso o termo “janela”, por não poder nem ser comparada a uma porta, tamanha a dificuldade de passar-se por ela. Elas se abrem e se fecham com determinada frequência durante um mandato, por exemplo. Mas, geralmente, quando se abrem não duram muito tempo. Um momento clássico de abertura de janela política é quando é época de eleição, e com isso, os partidos e governos estão dispostos a receber demandas e sugestões; ou em ciclos orçamentários,

momento em que os servidores do governo entram em greve em busca de melhorias trabalhistas, por exemplo.

Para John Kingdom (1984), as janelas se abrem e fecham com base na interação dinâmica entre as instituições políticas. Essas forças podem abrir e fechar as janelas políticas, criando assim chances para que os empreendedores políticos construam ou aproveitem essas oportunidades para dar forma à agenda política.

Segundo Kingdon, quando os problemas de políticas públicas convergem em movimentos críticos como, por exemplo, nas jornadas de junho, as soluções se unem aos problemas criando políticas favoráveis. Assim, o problema da agenda pública entra na agenda oficial e se começa a política pública. É preciso entender que “em outras ocasiões, as janelas se abrem de maneira muito imprevisível, como quando um avião cai ou uma eleição incerta produz mudança inesperada entre principais tomadores de decisão.” (Kingdom, 1984, p. 213). Como foi o exemplo da jornada, que provocou uma abertura na agenda governamental antes do período de eleição, e com o tema de copa em destaque. Essa janela foi aberta, de acordo com Kingdom, a partir da “mudança no sentimento nacional”.

Então, para entender como os movimentos influenciaram e/ou influenciam as políticas públicas, precisa-se entender como funciona a agenda política e como ela é formada.

A agenda política é anterior ao processo de formação de políticas públicas já que se o tema não entrar na agenda, ele nunca chegará ao ciclo. Primeiramente, é necessário que haja uma janela de oportunidade política para adesão de um tema na agenda política. Depois esse tema será debatido dentro do ciclo de políticas públicas, mais especificamente na formulação de políticas.

Segundo Howlett, Ramesh e Perl:

“A agenda é a lista das questões ou problemas que recebem alguma atenção séria, em algum dado momento, por parte dos funcionários do governo e das pessoas de fora do governo que estão próximas a esses funcionários.”(Howlett; Ramesh; Perl. Políticas Públicas, p. 103).

Ou seja, é um conjunto de prioridades de determinado ator político, que podem ser relacionados à comunicação, política, ambiental, governamental e etc., é a inclusão da demanda social a lista de prioridades do poder público. É por isso que é necessário para os movimentos sociais chamar atenção tanto da população quanto dos atores políticos, para conseguir espaço dentro da agenda política.

Por fim, ela é feita a partir de uma demanda, pesquisa sobre o tema, definição de público alvo, campanha, e apresentação e entrega do Relatório de Formação da Agenda impresso. “Ela é formada por uma lista de prioridades, onde se dedica energia e atenção” (Rua, 2009, p. 67).

“A agenda é uma coleção de problemas, compreensão de causas, símbolos, soluções e outros elementos dos problemas públicos, que captam a atenção de membros do público e dos seus atores governamentais” (Birkland, 2005, p. 110)

Já para a formação da agenda para Howlett, Ramesh e Perl:

“A montagem da agenda (...) se refere à maneira como os problemas surgem ou não enquanto alvo de atenção por parte do governo. O que acontece nesse estágio inicial tem um impacto decisivo em todo o processo políticos e seus *outcomes*.” (Howlett; Ramesh; Perl, 2009, p. 103)

Vários fatores são necessários para a formação de agenda, identificação do problema, interesse político, janela de oportunidade e outros. Por isso que incluir um tema na agenda política não é tão fácil e muito menos corriqueiro para uma demanda vinda diretamente da população. As Jornadas de Junho não só identificou as demandas, mobilizou atores, como também criou sua própria janela de oportunidade para tentar incluir temas na agenda.

“A formação de agenda é fortemente afetada, de um lado, pelos atores políticos; e, de outro, pelos processos de evidenciação dos temas” (Rua, 2009, p. 68).

Antes de discorrer sobre montagem da agenda, primeiramente é importante destacar que de acordo com Cobb e Elder (1972), a agenda se divide em dois tipos, as: agenda pública sistêmica (informal), que são questões que são consideradas pelos atores políticos como merecedoras da atenção pública - envolvem temas sociais como saúde e criminalidade, por exemplo.

“agenda sistêmica, (...), afetam toda a sociedade, independentemente de partidos políticos e governos” (Rua, 2009, p. 67).

E a agenda institucional (formal), são os problemas da agenda sistêmica que o governo decidiu que se precisa fazer alguma coisa a respeito, é quando o governo decide agir. “Bastante distinta é a “agenda governamental”, pois reúne os problemas que um governo específico escolheu tratar” (Rua, 2009, p. 67).

Tendo considerado isso, Coob, Ross e Ross (1976), identificaram três formas de montagem da agenda:

Modelo da mobilização: é associada por seus autores a regimes totalitários onde a política criada pelo governo precisa da aceitação popular. A implementação da política depende da aceitação pública. “tomadores de decisão tentando levar uma questão da agenda formal [institucional] para a pública [sistêmica]” (Ross *et AL*, 1976, p. 35). Como exemplo, no Brasil, tem-se a ‘lei seca’, de iniciativa formal, mas que foram necessárias várias campanhas de conscientização e aceitação pública.

Modelo de iniciação interna: grupos de influência, com acesso a atores políticos, incentivam políticas de seus interesses. Na maioria das vezes sem a atenção pública. (Ross *et al.*, 1976)

E por ultimo, mas o que mais interessa a este trabalho:

Modelo de iniciação externa: “as questões nascem nos grupos não governamentais e em seguida expandem suficientemente seu alcance para chegar, em primeiro lugar, a agenda pública [sistêmica] e, por fim, a agenda formal [institucional]” (Ross *et al.*, p. 36). Ou seja, no estudo de caso deste trabalho, os movimentos dão visibilidade a um tema- buscam apoio da população- ele entra na agenda pública e posteriormente na formal.

Um exemplo disso é quando a mídia de massa dá visibilidade a determinado tema, que conseqüentemente capta a atenção do público e promove a demanda por uma ação governamental (Howlett; Ramesh; Perl.

2009). Podemos citar a título de ilustração a ‘lei menino Bernardo’. Inicialmente já era discutida como o nome de lei da palmada, mas após o assassinato do Bernardo – que gerou muita repercussão midiática- não só acelerou o processo de votação da lei como também foi rebatizada com o nome dele¹⁰. As manifestações de junho criaram uma janela de oportunidade na agenda governamental quando com o apoio da população geraram uma pressão política que resultou na agenda formal.

A própria Jornada, após mobilização por meio de movimentos sociais, apoio da população, visibilidade midiática nacional e internacional, e tendo como agravante um grande evento internacional prestes a acontecer no país, forçou a Presidente a dar uma atenção especial ao que estava acontecendo e as demandas feitas pelos movimentos.

Entendido esses conceitos, podemos partir para a construção do ciclo de políticas públicas, que é um esquema heurístico usado para analisar políticas públicas; ele é derivado da teoria geral dos sistemas (Bertalanffy, 1969) e exemplifica os processos e fases pelos quais uma política pública deve passar. É formado pelas seguintes etapas: formação de agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação.

Na formação de agenda é onde os atores decidem o que é relevante na lista de prioridades políticas, e o que não é. O que significa que apenas os problemas que geram interesse nos atores e dos influenciadores dos mesmos que serão relevantes. É nessa fase também que os interessados podem exercer alguma influência ou pressão mediante a população, para dar mais visibilidade ao tema e tentar manipular os atores políticos, que é o foco dessa pesquisa. Os atores identificam os problemas da sociedade e selecionam os que eles consideram relevante.

Um tema entra na Agenda Governamental quando ele gera um interesse nos formuladores de políticas públicas (Kingdom, 1984). Assim, não basta existir o problema em si, é necessário que a haja o interesse dos atores para fazer com que ele tenha atenção do governo.

Durante a formulação de políticas, são buscadas alternativas de soluções para os problemas escolhidos (se isso for possível), e é nessa etapa que são definidos os objetivos da política, suas metas, diretrizes e etc. Várias alternativas são geradas nas comunidades políticas, algumas são abandonadas, outras são fundidas entre si, outras ficam intactas e resistem (Kingdom).

Na tomada de decisão, a melhor alternativa é escolhida para dar continuidade ao processo. Essa alternativa escolhida deve atender as demandas e interesses da maior parte dos envolvidos para que ela seja aprovada. Além disso, são estabelecidos os prazos, as regras e as necessidades da política. Aqui é quando os atores políticos indicam suas preferências e tentam buscar o maior favorecimento.

A implementação é quando o que foi decidido é colocado em prática, onde as políticas são feitas e o trabalho começa. Durante esse período ela pode sofrer alterações ou não, de acordo com as necessidades e as circunstâncias consideradas. Essa etapa é uma das que mais geram problemas na construção das políticas públicas, pois muitas vezes as políticas são elaboradas e planejadas de uma forma que dificulta sua aplicação prática, ou que atende a determinada região, mas que não pode ser usada da mesma forma em todo o país.

Por isso é necessária a avaliação constante, durante e depois da construção da política pública, para que se observem os resultados, vejam as alterações necessárias e a eficiência e eficácia da política. Essa é uma das etapas mais importantes do ciclo, já que sem ela não se pode analisar se foram alcançados os objetivos determinados e nem se são necessárias alterações na política. E se for identificado que não foi resolvido o problema primário, tudo volta ao início do ciclo.

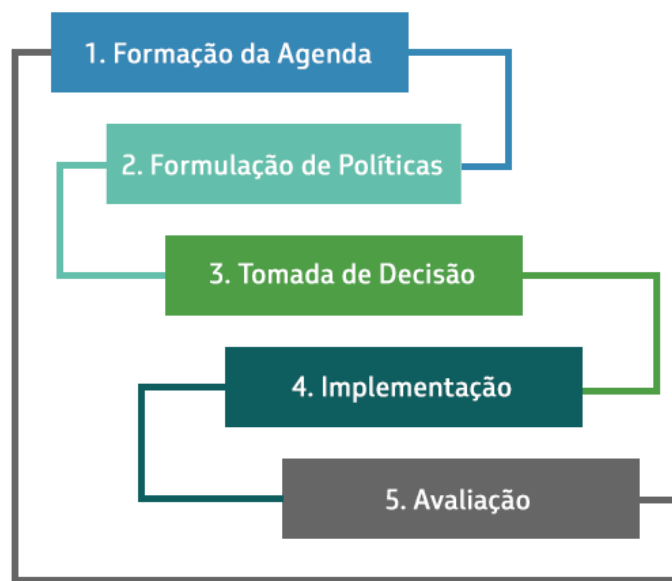


Figura 1: Ciclo de políticas públicas¹¹

Essas etapas não são lineares, mas sim um ciclo, que não tem começo e nem fim e que podem ocorrer simultaneamente (Rua, 2009).

Terminado essa parte de conceituações, é preciso entender qual a relação desses fatores com os movimentos políticos. Qual a relação entre eles e como eles influenciam na formação de agenda.

Movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão. São dotados de forças aglutinadoras de pessoas e de potencial de experiências sociais que se tornam fontes de diferentes formas de processos educativos (Gohn, 2002).

Os movimentos sociais sempre foram atuantes na política brasileira, com demandas das mais variadas possíveis como a causa dos trabalhadores, liberdade, sem-terra, sem-teto, juventude, etc. Um movimento social é um coletivo que expõe uma crise e remete a ruptura dos limites das relações entre sistema e ator (Melucci, 2001).

A sociedade civil vem sofrendo muitas modificações desde o fim da ditadura, o que explica a criação de vários tipos de coletivos atrelados aos novos atores e cenários políticos (Scherer-Warren, 2006).

Um movimento social não é resposta a uma crise, mas expressão de um conflito (Melucci, 2001). E os movimentos citados aqui são exatamente expressões das demandas e necessidades de uma sociedade que muitas vezes se cala frente às ações do Estado. A importância desses movimentos não é apenas levar essas questões e lutar por elas, mas também incentivar e promover maior participação política entre o povo.

Segundo Davis, (1998), muitos movimentos buscam diminuir a distância entre o Estado e seus cidadãos, ampliando as possibilidades de acesso aos processos governamentais como forma de conquista dos direitos de cidadania.

Para este trabalho, analisamos dois movimentos que foram essenciais para as Jornadas de Junho, o Movimento do Passe Livre (MPL) e o Anonymous. E é sobre eles que se tratará a seguir.

1. Movimento do Passe Livre (MPL):



Figura 2: Passe Livre por Michael Löwy.

O MPL é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público adequado, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada¹². Foi batizado em 2005 em um plenário, feito pelos participantes e realizado em Porto Alegre. Desde então o movimento vem participando de varias revoltas como a do Busu (2003) e a da catraca (2004, 2005).

O MPL não tem ligações com partidos e nem entidades estudantis, mas não impede que seus participantes tenham ligações com os mesmos. O movimento acredita que as pessoas que participam ativamente dele, são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento.

Não existe hierarquia dentro do movimento, ele preza pela horizontalidade e descentralização¹³.

O MPL tem como pauta principal o transporte público gratuito e é contra os aumentos de tarifas. E foi por causa deste movimento que começaram as manifestações em junho de 2013.

O movimento usa da ação direta na rua como método de luta, ao invés de negociações e diálogos com as autoridades. Entretanto, tem se observado que esse perfil vem mudando. Pois por iniciativa do governo, tanto federal quanto distrital (no caso de Brasília), o movimento tem sido convidado a participar de reuniões com o governo e há uma tentativa de cooptação entre eles.

2. AnonymousBr



Figura 3: AnonymousBr

Diante desse contexto de muitas mobilizações sociais mundiais, surge o Anonymous internacional, ou seja, o que deu origem aos outros anonymous pelo mundo, inclusive do AnonymousBr. Uma comunidade online que atua de forma anônima desde 2003, sem ligação partidária, descentralizado, que se diz sem liderança, para reivindicar melhorias nos serviços públicos e transformação do cenário político em diversos países. Eles utilizam as mídias sociais para interagir com seus membros e também para se organizarem.

Os novos instrumentos de comunicação da era digital propiciam o surgimento de formatos específicos de reivindicações e participação política popular, participação esta que se organiza e se comunica através de redes sociais como *twitter*, *youtube* e *facebook*. Segundo Pateman, “pode-se citar também a “recente intensificação dos movimentos em prol de uma participação maior”, como por exemplo, os processos de construção democrática ocorridos nos países da América Latina” (PATEMAN, 1992, p. 09). Usando esses métodos, o AnonymousBr, mobilizou-se através das mídias e a repercussão foi bem ampla.

Um vídeo intitulado "Anonymous Brasil - As 5 causas!" de autoria do coletivo AnonymousBR, foi lançado na internet em resposta à mídia que frequentemente anunciava a falta de reivindicações claras durante os protestos. O AnonymousBr sugere cinco motivos pelos quais os brasileiros estariam se manifestando e pediram a adesão a estas causas como foco nos próximos protestos. Elas foram: a rejeição ao PEC 37; a renúncia de Renan Calheiros da presidência do Senado; investigações e punição de irregularidades nas obras da Copa do Mundo a ser realizada no país; lei que torne corrupção crime hediondo e o fim do foro privilegiado. O vídeo foi aderido pelos manifestantes e em menos de 24 horas mais de 1 milhão de visualizações foram feitas e em poucos dias chegaram a 1000 republicações em outros canais e sites de vídeos. O que levou a atribuir ao AnonymousBr a nova liderança nos protestos¹⁴. Segundo Castells,

“Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembléias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (Castells. Pag. 13).

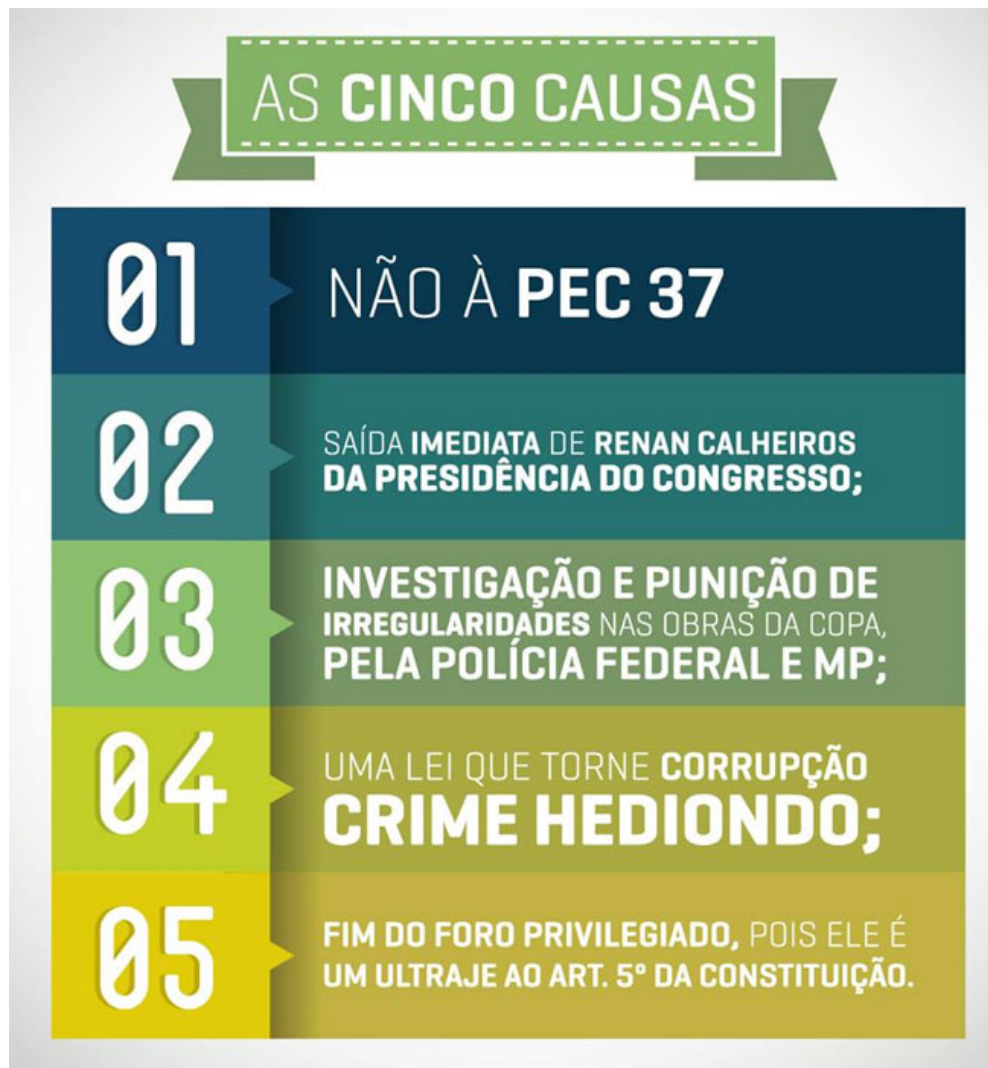


Figura 4: As cinco causas

Esse dois movimentos, somados a tantos outros, conseguiram alcançar alguns de seus objetivos e criar uma janela política para incluir suas demandas na agenda governamental.

Metodologia

Para Marconi e Lakatos (2003), “nem tudo aquilo que possui um método pode ser considerado científico, mas os métodos científicos são uma parte caracterizadora e imprescindível para a construção da ciência. Para essas autoras, o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que (...) permite alcançar o objetivo (...), traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 83).

Essa pesquisa visou observar a influência dos movimentos sociais na agenda política e como essa influência foi vista do ponto de vista tanto do governo quanto dos movimentos sociais. Além disso, observaram-se os resultados gerados pelas Jornadas de Junho e se os objetivos dos movimentos foram alcançados.

A intenção foi compreender de que forma se dá essa relação entre o governo, os movimentos sociais e as demandas populares.

A pesquisa foi de caráter qualitativo, à medida que buscou, através de entrevistas semi-estruturadas (aquelas que permitem ao entrevistado liberdade de fala dentro apenas de perguntas norteadoras da conversa) para captar a percepção de cada ator envolvido (governo e movimentos). Neves (1996) afirma que neste tipo de pesquisa é comum que o pesquisador busque entender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes do estudo e diante destas evidências interprete os fenômenos estudados.

É também uma pesquisa descritiva e exploratória, pois procura explorar, descrever e aprofundar as análises acerca do fenômeno pesquisado (Mattar, 2005). A respeito da pesquisa descritiva, Manning (1979) afirma que, por ser o meio principal pelo qual as evidências são coletadas, são essenciais em estudos qualitativos.

Optou-se também pela metodologia do estudo de caso, por estudar o fenômeno da participação popular na percepção dos movimentos sociais e da Presidência da República, durante as Jornadas de Junho. Assim, a observação realizou-se no recorte temporal das Jornadas de Junho de 2013, ampliando

para um período antes e depois das jornadas (período que começa no início do ano de 2013 até o meio do ano de 2014) para observar o surgimento e o desfecho das manifestações como, por exemplo, por que começaram as manifestações e quais foram as repercussões.

Resultados

Para analisar os vários movimentos sociais que participaram das jornadas, com o objetivo de perceber as suas características gerais e, também, centrando na percepção de cada grupo a respeito da legitimidade, da importância da construção das instâncias formais de participação política, como o participa.br, e o apoio da população foi utilizada a pesquisa do Amadeu, feita através da InterAgentes¹⁵. E que demonstra que os movimentos mais atuantes nas jornadas, através das mídias sociais (facebook), foram: AnonymousBr; AnonymousBrasil; e o MPL.

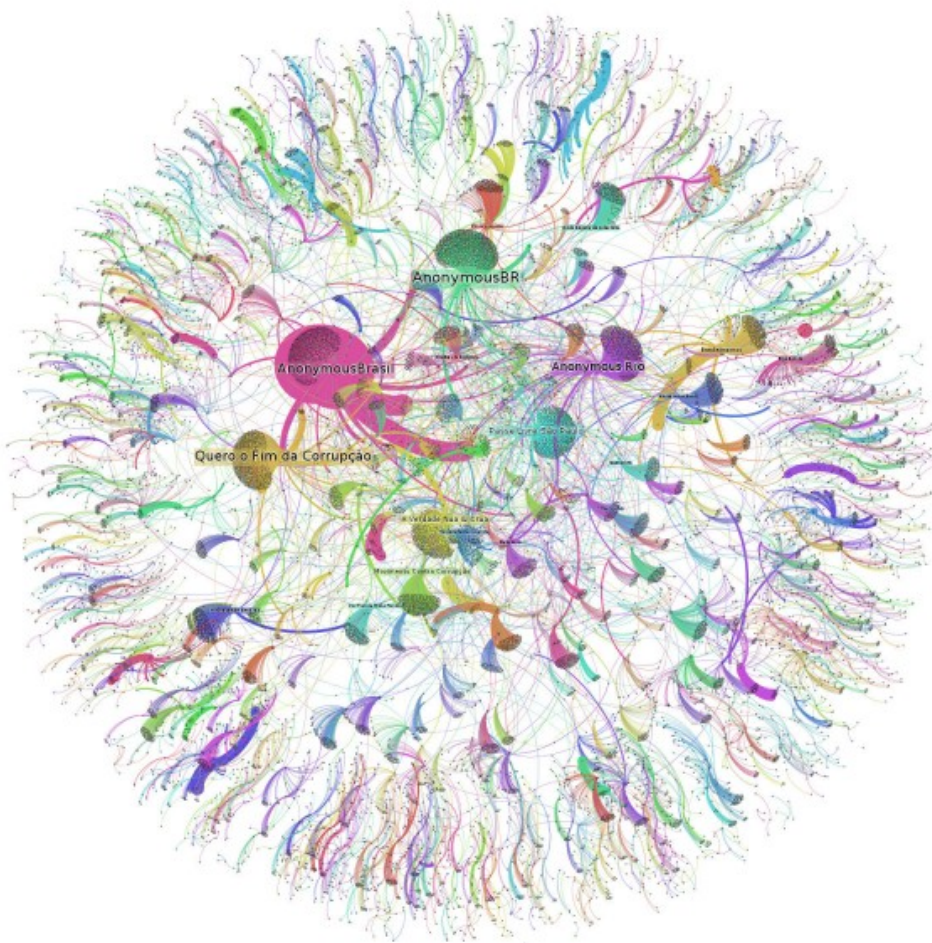


Figura 5- Este grafo representa as mensagens que mais geraram comentários no período das 16 horas do dia 13 até as 6h do dia 14.

A interAgentes produziu uma análise do *facebook* quando São Paulo foi palco das manifestações e da ação policial no dia 13 de junho de 2013¹⁶. A pesquisa durou do dia 5 ao dia 14 de junho.

O estudo aponta que o MPL não só foi o organizador da manifestação, como também teve o apoio da população em geral. Segundo a revista Fórum, “foram 62% de comentários positivos, contra 16% de negativos. Os 22% de comentários restantes foram classificados como neutros” (Revista Fórum. 17 de junho, 2013).

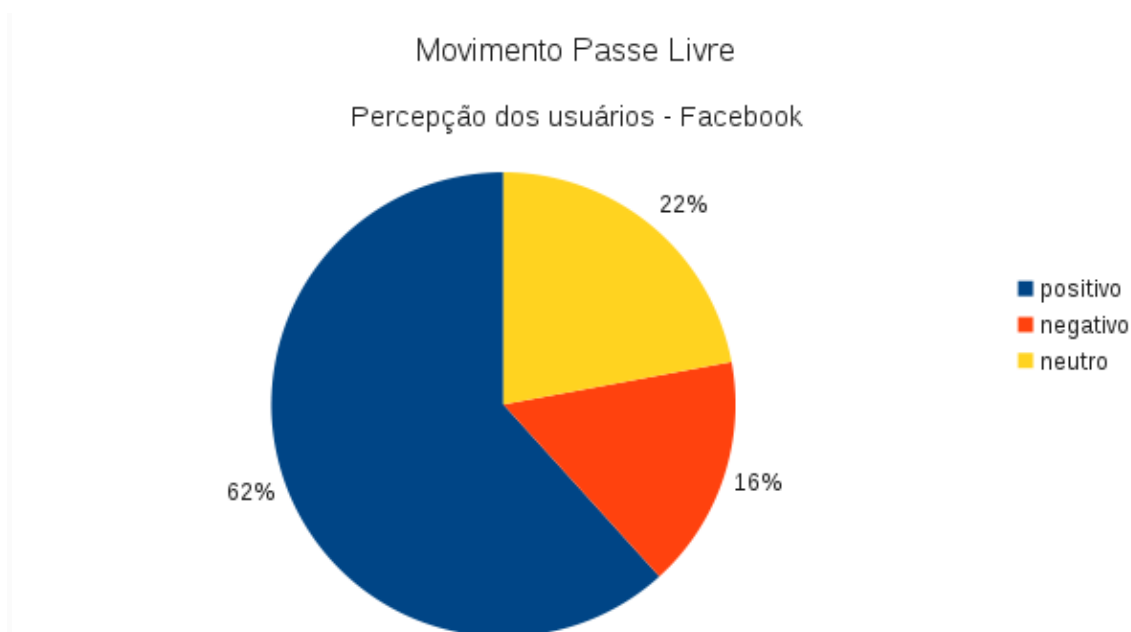


Figura 6- Movimento Passe Livre – percepção dos usuários do Facebook.

Porem, o Anonymous teve páginas ainda mais influentes do que as do MPL sobre o tema, o que demonstra também a sua legitimidade e apoio.

Apesar de se observar a grande influência desses movimentos, sabe-se que eles não foram os únicos responsáveis por toda essa mobilização, o que demonstra que “a baixa média de mensagens por pessoa e o grande número de pessoas engajadas sugerem um padrão de cobertura viral dos acontecimentos. Isso mostra ainda que a mobilização contou com o padrão de liderança distribuída, bem diferente do que ocorre com movimentos tradicionais, com centros difusores de informação mais verticalizados e concentrados” (InterAgentes, 2013).

Movimento do Passe Livre (MPL):

Como prova da influência dos movimentos sobre a política, as demandas emergenciais (como o aumento das tarifas) foram atendidas. Todas as capitais que aumentaram suas passagens anularam esse aumento.

Já quanto a influência na agenda política, houve o interesse do governo em dialogar com o movimento e ouvir suas propostas. Na entrevista com o participante do MPL, ele relatou que, após as manifestações, a Presidente Dilma convidou-os pra uma reunião, assim como o Governo do Distrito Federal (GDF) também. E ambos sinalizaram dar mais atenção a esse assunto e que ele seria tema presente nas discussões futuras. O GDF prometeu que no mesmo ano seriam implantados ônibus 24 horas, o que não foi cumprido; disse, além disso, que seria possível implementar a tarifa zero em Brasília.

Em entrevista com um participante do MPL, pode-se constatar o grande esforço por meio do governo, tanto Federal quando Distrital, em dialogar com o movimento. Segundo o entrevistado, “de alguma forma ela (Presidente Dilma) pautou a agenda pública, sobretudo a de transporte e a criação de fóruns de participação. Depois da jornada, a questão dos transportes foi incluída na agenda com muito mais ênfase.”

“os movimentos sociais no Brasil, (...) atuam em cenários caracterizados por uma ampliação sem precedentes das oportunidades para a participação, principalmente a partir da criação de novos espaços para o diálogo e a negociação entre o Estado e as organizações sociais”(Rubin e Fernandes, 2010).

Ele também considerou como resultados das jornadas a inclusão da “tarifa zero” na agenda política governamental, além das reuniões com o governo citadas anteriormente, além da promessa do GDF de que seria possível a implantação da tarifa zero em Brasília.

Anonymous

No caso do AnonymousBr podemos observar que duas das causas levantadas por eles e com o apoio da população geraram resultados: a rejeição à PEC 37 e a aprovação da lei que classifica corrupção como crime hediondo, “lei anticorrupção”.

A “Lei anticorrupção” foi feita para punir empresas e funcionários públicos estrangeiros que cometam atos de corrupção. Essa lei do governo pretende preencher as lacunas da legislação em relação à corrupção feita entre empresas e funcionários públicos para receber benefícios.

Para o AnonymousBr, representado por um participante em entrevista, apesar da vitória sobre a PEC 37 e da lei anticorrupção, as manifestações apenas indicaram algumas diretrizes do que ainda há de ser feito. Ademais, essas vitórias não foram tão significativas, mas apenas um começo. Segundo o entrevistado, representante do grupo:

“o povo não se sente representado pela classe política e a falência dessa confiança gera muitas vezes os movimentos sociais organizados e desorganizados”.

Para ambos os movimentos, a participação popular é necessária de forma mais direta e mais participativa. E eles usam a rua e o ciberespaço para ganhar espaço e voz dentro do governo.

O MPL está aberto ao diálogo e vem respondendo bem às tentativas de aproximação feitas pelo governo. Quanto ao AnonymousBr, há uma resistência maior à aproximação do governo e nem se sabe se há essa tentativa por parte do segundo. O AnonymousBr não acredita em plataformas de comunicação criadas pelo governo. Assim como concluiu Tabagira ao estudar um caso com a prefeitura de São Paulo: “é como se fosse indiferente existir um canal formal, público, aberto para todos ou conversa direta (e privadamente) com algum subprefeito ou alguma coordenadoria da subprefeitura” (Teixeira e Tabagira, 2005. Pag. 51).

Influência dos movimentos na agenda governamental

No dia 21 de junho de 2013, a Presidente convocou uma reunião de emergência com o Ministro da Justiça e outros ministros para avaliar a proporção e o alcance dos protestos.

No fim da tarde, um pronunciamento da Presidente foi gravado, no qual ela tentou tranquilizar os manifestantes. Dilma prometeu conversar com prefeitos e governadores para buscar melhorias nos serviços públicos. Prometeu destinar 100% do dinheiro dos royalties do petróleo à educação e trazer médicos estrangeiros para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Esclareceu que o dinheiro para a Copa não proveio de orçamento público federal, mas sim de financiamentos de empresas e governos que exploram os estádios¹⁷.

No dia 24 de junho do mesmo ano, Dilma reuniu-se com 26 prefeitos e 27 governadores para apresentar cinco pactos nacionais que discorriam sobre economia, que falava sobre o pacto por responsabilidade fiscal, estabilidade da economia e controle da inflação; reforma política, que pretendia aprofundar a participação popular através de plebiscito (a Presidente reconheceu que este tema entrou e saiu de pauta várias vezes nas últimas décadas, mas que era necessário romper esse impasse e convocar a população para fazer a reforma política que o país precisa); corrupção, ela declarou combate a corrupção e que é necessário endurecer a legislação em relação a esse tema; saúde, a Presidente pediu aos governadores que acelerassem os investimentos destinados a saúde pública e declarou ampliar a adesão de hospitais filantrópicos ao programa do ministério da saúde que substitui dívidas por atendimento. Além disso, prometeu incentivar médicos a trabalharem em regiões desfavorecidas e contratar médicos estrangeiros para trabalhar para o SUS; transportes, Dilma prometeu um salto de qualidade no serviço de transportes públicos assim como a redução das tarifas cobradas em ônibus, metros e trens. E destinou 50 bilhões de reais para investimentos em obras de mobilidade urbana; e educação, ela pediu ao congresso o apoio para destinar 100 por cento dos royalties do petróleo para a educação.¹⁸

Exemplo da influência das Jornadas de Junho: o Participa.br

Em resposta à questão de inclusão popular na formulação de políticas públicas, o governo federal lançou o Participa.br no dia 23 de maio de 2014. Segundo o gestor da presidência entrevistado, a “plataforma foi desenvolvida a partir do software livre Noosfero, que oferece uma série de ferramentas de participação para cidadãos, redes, movimentos sociais e organizações que querem dialogar com o Governo Federal na construção de políticas públicas.”

Segundo a Presidente Dilma, "Por meio desse portal, agora os brasileiros vão ter mais um canal aberto de diálogo direto com o governo federal. Portal que inclusive foi construído em software livre e com tecnologia nacional" (Roussef, Dilma)¹⁹.

Segundo Tatagiba, “a sociedade civil tem sido chamada a participar de um conjunto de novos espaços de deliberação e gestão das políticas, em diversas áreas e a partir de diferentes modelos institucionais.” (Tatagiba, 2008, p.20)

O Participa.br é a Plataforma Federal para Participação Social, mais um espaço para participação política digital no Brasil. Porém com uma diferença: não se tem apenas um espaço de discussão, mas um espaço de comunicação com o governo onde um servidor ou gestor participa dos temas e faz essa intermediação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil.

Instrumentos como o Participa.br são mais um tipo de ferramenta democrática criada pelo governo. Pateman menciona a “recente intensificação dos movimentos em prol de uma participação maior” como, por exemplo, os processos de construção democrática ocorridos nos países da América Latina (PATEMAN, 1992: 09). Representam a motivação para que haja o interesse do governo em criar esses mecanismos.

A missão do Participa.br é desenvolver práticas de participação via internet e ofertar de espaços de manifestação e discussões para os cidadãos ou organizações, que tenham o intuito de construir políticas públicas cada vez mais eficazes e efetivas²⁰.

Em entrevista com um gestor da presidência, foram coletadas várias informações sobre a formação, implementação e objetivo do Participa.br. Um dos pontos que ele destacou foi o fato de que não há moderação anterior à publicação dos textos pelos internautas, fazendo com que a publicação e participação sejam maiores e sem censura. Independente de ser ou não a favor do governo.

Para o gestor, as manifestações foram importantes para acelerar o processo de elaboração e lançamento da plataforma que já estava sendo desenvolvida, mas com outro formato, e que foi modificada para atender melhor as demandas das manifestações. Além disso, ele considera que essa plataforma seja suficiente para atender as necessidades da população, assim como para estabelecer um contanto entre a sociedade e o governo de forma mais direta.

Segundo Hévía (2006), “nas ultimas décadas, na maioria dos países do continente, realizam-se reformas constitucionais e legais que garantem uma maior participação dos cidadãos nos assuntos públicos” (Hévía, 2006, p. 358). A exemplo disso temos, além do Participa.br, os orçamentos participativos; conselhos e fóruns sobre políticas públicas em vários países da América do Sul. No Brasil, essa foi uma demanda civil após a redemocratização e que vem aumentando com o passar dos anos.

Outra ação da presidente foi a criação do Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS) e da Política Nacional de Participação Social (PNPS).

Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS)

O governo federal lançou, também este ano, o CNPS. Instrumento que reconhece a participação social como estratégia de democratização das decisões sobre as políticas públicas.

O CNPS é uma ação conjunta entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e secretários estaduais de Participação Social que consolidaram e aprovaram a proposta. A instituição do CNPS contribuirá para o aumento da

transparência administrativa e a qualificação das instâncias e mecanismos que permitirão ao cidadão participar dos espaços democráticos da sua cidade, estado e do país.²¹ E o compromisso tem como objetivo promover a participação social como forma de governo e política de Estado.

Para que um ente da federação venha a aderir ao compromisso é necessário que solicite a adesão à presidência, que mandará o termo de adesão para ser assinado pelo governador ou prefeito.²²

A intenção, com o compromisso, é expandir essa participação social a todos os níveis da União, e garantir ao cidadão a transparência, publicidade e responsividade.

O Participa.br, a PNPS e o CNPS são as novas tentativas do governo de aproximação e diálogo com a sociedade, que só se poderá saber se serão efetivas ou não, daqui a um período maior de tempo.

Política Nacional de Participação Social (PNPS)

A PNPS procura fortalecer e articular os mecanismos democráticos de diálogo e atuação entre o governo federal e a sociedade civil. A política estabelece objetivos e diretrizes que visam possibilitar o compartilhamento de decisões sobre programas e políticas públicas.

A PNPS foi construída por meio de amplo processo participativo, tendo o Decreto sido submetido à consulta pública virtual no portal da Secretaria-Geral. Também pode ser analisado como sendo um possível resultado das Jornadas de Junho.²³

Para que a PNPS e o CNPS fossem devidamente criados eles tiveram que passar por duas consultas públicas realizadas no próprio Participa.br. As duas iniciativas foram elaboradas colaborativamente, a sociedade pôde participar de todo o processo durante as consultas públicas.²⁴

Em entrevista dada à Agência Brasil sobre o primeiro ano que se passou desde as Jornadas de Junho, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho disse que:

“[O objetivo é], sobretudo, tentar fazer deles, de fato, espaços que recebam esses clamores, que sejam capazes de expressar esses clamores que as ruas têm, mesmo porque eles estão um pouco dissociados, até pelas formas tradicionais de funcionamento” (Carvalho)²⁵.

Conclusão

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a importância dos movimentos sociais, especificamente as Jornadas de Junho de 2013, para a formação da agenda política brasileira. Os objetivos da pesquisa foram compreender a pressão causada por essas jornadas na construção da agenda política e no interesse político; analisar os movimentos sociais como meio de participação política, tendo em vista que podem gerar resultados concretos na obtenção de políticas públicas; avaliar quais foram os resultados gerados pelas Jornadas de Junho de 2013; e analisar a percepção de gestores e dos participantes dos movimentos principais a respeito dos impactos desses movimentos na formação da agenda e na elaboração de políticas públicas.

Para alcançar os objetivos, utilizou-se de pesquisa documental para levantamento de dados, entrevistas semi-estruturadas para identificar a percepção dos atores envolvidos nessa temática, tendo sido um estudo de caso com recorte temporal.

Considerando que após as manifestações populares houve maior interesse, tanto local quanto federal, de dialogar com os manifestantes, pode-se dizer que as Jornadas de Junho alcançaram alguns de seus objetivos, garantindo conquistas políticas e uma participação mais direta na política governamental.

As pressões causadas durante as jornadas garantiram a inclusão de temas na agenda política, assim como chamou a atenção do interesse político para essas demandas. A Presidente não apenas foi buscar o diálogo com os manifestantes, como também se pronunciou em rede nacional com propostas de soluções para as demandas feitas nas jornadas.

Como resultado das jornadas pode-se ver a criação de vários instrumentos de participação social, como o Participa.br, o CNPS e a PNPS.

As percepções desses resultados, entretanto, foram vistas de formas diferentes pelos atores estudados na pesquisa (participantes dos movimentos sociais e do gestor da Presidência da República). Para a Presidência da República, representada por um gestor, os resultados foram positivos uma vez

que o governo se mobilizou para disponibilizar mecanismos de diálogo com a população. A criação desses mecanismos é um avanço na democracia brasileira e isso foi catalisado pelas jornadas de junho. Para o MPL, a visibilidade dada à causa deles, assim como as promessas feitas pelo governo sobre a tarifa zero, e o constante diálogo com o Estado são conquistas alcançadas e a percepção de que a relação entre governo e sociedade (sendo nesse caso representada pelo MPL) está melhorando e se estreitando. Para o AnonymousBr, porém, a causa deles ainda está muito longe de ser alcançada e essas ações feitas pelo governo não são motivos de comemoração. Eles não estão dando credibilidade a esses espaços de diálogo justamente por terem sido criados pelo governo.

Esses movimentos alcançaram nas jornadas de junho não apenas algumas das demandas exigidas. Eles conquistaram espaços de diálogo com o governo, atenção da população e a percepção de que é possível reivindicar. Além disso, a atenção midiática e internacional adquirida para os problemas da população brasileira e a participação mais direta na produção de políticas pelos cidadãos através de instrumentos como o Participa.br também são consideradas conquistas. Agora mais do que antes, eles fazem parte do grupo de atores que atuam na arena política.

Conclui-se, então, que os movimentos sociais durante as Jornadas de Junho corroboraram para uma abertura política e para a inclusão de alguns dos temas demandados pela população na agenda governamental, o que demonstra seu papel fundamental no cenário político brasileiro.

Referencias

- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. Lua Nova, São Paulo, v. 50, 2000.
- BIRKLAND, Thomas. An introduction to the policy process : theories, concepts, and models of public policy making, 2005.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Paz e Terra, 5. ed, 1987.
- BONAVIDES, Paulo. A Constituição aberta. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet. ZAHAR, 2013.
- DA SILVA, Rodrigo. Movimentos sociais, Participação política e Juventude, 2017.
- DE FARIA, Cristiano. O Parlamento aberto na era da internet: Pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?, 2012.
- FREIRE, Paulo. Educação como pratica da liberdade. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Pedagogia do oprimido
- FREITAS, Christiana. Democracia Participativa Digital no Brasil: Projetos e Realidade. 2014.
- HEVIA, F. J. A institucionalização da participação cidadã: análise dos marcos legais da participação na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- Howlett, M; Ramesh, M; Perl, A. Studying Public Policy, Policy Cycles and Policy Subsystems. 2009.
- MANNING, P. K. Metaphors of the Field: varieties of organizational discourse, In Administrative Science Quarterly, 1979.
- MATTAR, F. N. Pesquisa de Marketing: Metodologia e planejamento. 6. ed. v.1, São Paulo: Atlas, 2005.
- MELUCCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo, v.1, n. 3, 2º sem./1996.
- PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1992
- Peloso, Ranuldo. Cartilha “Luta popular e modelo orgânico”. Centro de educação popular do instituto sedes sapientiae-Cepis, 2012.
- RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas, 2009.

RUBIN, A. Fernandes, T. Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura. EDUFBA, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza(org). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TATAGIBA, Luciana. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões sobre uma agenda preliminar de pesquisa, 2008.

TEXEIRA, A. C.C; TATAGIBA, L. Movimentos e sistema políticos: os desafios da participação. São Paulo: Polis/PUC-SP, 2005.

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/mapeamento/>

<http://www.participa.br/>

<http://softwarelivre.org/portal/noticias/governo-federal-lanca-portal-participa.br-e-politica-nacional-de-participacao-social>

<http://www.anonymousbrasil.com/brasil/diga-nao-a-pec-37/>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/com-ampla-participacao-popular-jornadas-de-junho-completam-um-ano>

http://www.secretariageral.gov.br/art_social/compromisso-participacao-social/passo-a-passo

<http://xpock.com.br/anonymous-brasil-as-5-causas>

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/mapeamento/>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/03/revolta-do-busao-protesta-contr-aumento-da-tarifa-em-natal-e-entra-em-confronto-com-a-policia.htm>

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>

<http://agenda21guapimirim.com.br/2013/10/18/as-cinco-fases-das-politicas-pblicas/>

<http://tarifazero.org/mpl/>

http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/const_1988.htm

¹ - Policêntricas- vários tipos de direção, de decisão.

² -P2P- Par-a-par, um usuário de computador conectado a rede que funciona tanto como servidor como cliente.

³ - Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/03/revolta-do-busao-protesta-contr-aumento-da-tarifa-em-natal-e-entra-em-confronto-com-a-policia.htm>> Acessado em 10 março 2014).

-
- ⁴ - Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/protestos-contr-aumento-das-tarifas-uma-nova-acao-politica.htm>> Acessado em 10 março 2014).
- ⁵ - Disponível em <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000607148#foto1>> Acessado em 10 março 2014)
- ⁶ - Disponível em <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000607148#foto1>> Acessado em 10 março 2014)
- ⁷ Projeto de lei que tentou restringir a atuação de vários profissionais da saúde em favor da atuação do médico. Fazendo com que só eles pudessem diagnosticar e fossem os únicos responsáveis pela chefia de serviços.
- ⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/pec-37-o-que-e-platb/> acessado em (10 julho, 2014)
- ⁹ Disponível em < <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/entenda-a-pec-33>> acessado em (30 junho, 2013); e disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/entenda-proposta-que-pretende-reduzir-os-poderes-do-supremo.html> acessado no mesmo dia.
- ¹⁰ Disponível em < <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/06/04/senado-aprova-lei-menino-bernardo>> acessado em (30 junho, 2014)
- ¹¹ - Disponível em <<http://agenda21guapimirim.com.br/2013/10/18/as-cinco-fases-das-politicas-pblicas/>> Acessado em (05 de maio, 2014).
- ¹² - Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>> Acessado em (19 junho 2014).
- ¹³ - Disponível em <<http://tarifazero.org/mpl/>> acessado em (19 junho 2014)
- ¹⁴ - Disponível em: <<http://www.oficinadanet.com.br/post/10943-grupo-de-hackers-anonymous-assume-a-lideranca-nas-manifestacoes-brasileiras>> Acessado em: 10 março, 2014).
- ¹⁵ - A InterAgentes é uma empresa de comunicação digital especializada em monitoramento, ações de intervenção e articulação de redes.
- ¹⁶ Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/mapeamento/>> acessado em (28 junho, 2014)
- ¹⁷ - Disponível em <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2013/06/21/noticiaspolicas,3078745/apos-manifestacoes-dilma-promete-discutir-pacto-para-melhorar-servico.shtml>> Acessado em: 10 março, 2014).
- ¹⁸ - Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituinte-da-reforma-politica.html> acessado em (31 maio, 2014)
- ¹⁹ - Disponível em <<http://softwarelivre.org/portal/noticias/governo-federal-lanca-portal-participa.br-e-politica-nacional-de-participacao-social>> acessado em (28 junho, 2014)
- ²⁰ - Disponível em <<http://www.participa.br/ajuda/ajuda/quem-somos>> acessado em (28 junho, 2014)
- ²¹ http://www.secretariageral.gov.br/art_social/compromisso-participacao-social
- ²² - Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/art_social/compromisso-participacao-social/passo-a-passo> acessado em (29 junho, 2014)
- ²³ - Disponível em <<http://www.participa.br/participacaosocial>> Acessado em (29 junho, 2014)
- ²⁴ Disponível em <<http://www.participa.br/participacaosocial>> Acessado em (29 junho, 2014)
- ²⁵ Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/com-ampla-participacao-popular-jornadas-de-junho-completam-um-ano>> Acessado em (29 junho, 2014)

APENDICE A- PERGUNTAS FEITAS NA ENTREVISTA COM O GESTOR

1. Você pode contar um pouco da história de criação e desenvolvimento do Participa.br?
2. Qual a importância dos movimentos sociais de junho de 2013 para a idéia de desenvolvimento do Participa.br?
3. Esses movimentos de junho podem ser vistos como uma janela de oportunidade para incluir alguns temas na agenda?
4. Quais foram os resultados gerados pelas manifestações de junho dentro do governo? E no seu órgão?

APENDICE B- PERGUNTAS FEITAS NA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1. Qual a importância dos movimentos sociais para a formulação da agenda governamental?
2. A “pressão” das Jornadas de Junho gerou oportunidades para a inclusão de alguns temas na agenda? Quais?
3. Quais foram os resultados gerados pelas manifestações de junho dentro do governo?
4. Você acredita que as respostas do governo foram suficientes para suprir as demandas e reivindicações que estavam sendo feitas?
5. Pra você, os movimentos sociais são uma forma mais direta de participação política? Se sim, por que? Como essa participação acontece?
6. Você diria que as pessoas, que participam do movimento do qual você fazem parte, tem alguma tendência político-ideológica (são de esquerda ou direita, liberal ou conservador)?
7. A maioria das pessoas engajadas nos movimentos é filiada a partidos políticos ou a maioria é apartidária? Por que?